O P.P.M. acusa

«Melo Antunes tenta a ressurreição de ideias e princípios que o Povo claramente já rejeitou»

O Partido Popular Monárquico acaba de divulgar um comunicado, no qual recorda que, "como a seu tempo o denunciou, o PPM considera a Constituição de 1976 uma aberração jurídica. O Partido Popular Monárquico não perdeu a esperança de que venha a ser vivida em Portugal uma vida democrática autêntica e, nessa altura, a Constituição será, pelo menos, profundamente alterada".

"Para ser um instrumento vivo e democrático — acrescenta o comunicado monárquico — uma Constituição tem que conter os mecanismos que permitem a sua revisão: a Constituição de 1976 é rígida como um cadáver, e não poderá ser revista nos próximos quatro anos, mesmo que o Povo "soberano" o queira. Para ser instrumento de libertação, não deve consagrar princípios de carácter estritamente ideológico: a Constituição de 1976 consagra, de forma aliás infeliz, os fins marxistas do Estado, logo nos dois primeiros artigos. Para ser clara não deve ser contraditória nos seus termos: a Constituição de 1976, logo no artigo terceiro, reza que a Soberania una e indivisível, residente no "Povo", é "partilhada! pelo MFA!"

A Constituição de 1976, porque rígida, é contra a liberdade; porque ideológica, é contra a Democracia; porque divide a soberania popular, é contra o Povo. À luz dos princípios fundamentais da Liberdade, da Democracia e da soberania do Povo, princípios anteriores a qualquer constituição democrática, pode-se infelizmente dizer que a Constituição de 1976 é inconstitucional. E se o é à luz dos princípios, formalmente não o é menos, pois consagra instituições que não define (o MFA)".

A parte final do comunicado contém "uma reflexão sobre o significado da cerimónia de posse da chamada comissão constitucional, ontem realizada em Belém. À volta do cadáver constitucional, por macabra coincidência, reunem-se, em dia de finados, os grandes deste País.

Nobremente, o Presidente da República tenta salvar a Constituição que jurou.

E logo a seguir, perante o espanto dos presentes e a indignação dos Portugueses, o major Melo Antunes tenta a ressurreição de ideias e princípios que o Povo claramente já rejeitou, para ressurreição própria e gáudio dos grupos antidemocráticos que o suportam politicamente.

O Povo e o futuro, a Democracia e a Liberdade se encarregarão de lembrar àquele major que 2 de Novembro é dia de finados e não domingo de Páscoa".

O antigo chanceler alemão Willy Brandt esteve ontem de manhã no Palácio de Belém, a fim de cumprimentar o Presidente da República. Acompanharam-no o seu amigo Mário Soares, de quem é convidado nesta visita a Portugal, a pretexto do congresso do PS, e o embaixador da RFA em Lisboa, conforme a gravura documenta. Willy Brandt, após o final do congresso socialista, resolveu descansar alguns dias, esquecendo momentaneamente as lides políticas, tendo-se hospedado com sua mulher, no Hotel do Guincho, uma fortaleza de características medievais que foi adaptada a unidade hoteleira e que é explorada pela Sociedade Estoril-Sol

Autarquias Locais

Processo eleitoral está em marcha

Em notícia divulgada através dos meios oficiais de Comunicação Social o Ministério de Administração Interna, por intermédio do Secretariado Técnico dos Assuntos Eleitorais, chama a atenção dos juízes dos tribunais de comarca para a fase de apreciação dos processos de candidatura e para o suprimento de eventuais irregularidades.

Depois de explicitar as diferenças existentes nos processos de apresentação de candidaturas para as autarquias locais em relação a anteriores eleições a notícia do MAI adianta que a "apreciação dos processos de candidatura é feita pelos juízes dos 196 tribunais de comarca".

Na ilha do Faial concorrem listas do PSD-PPD, PS, CDS e do PU(comunistas).

Enquanto...

por Roberto Ferreira Durão

Procurarei ser o mais breve e objectivo possível para que não tenham lugar mais erradas interpretações acerca do que vou escrevendo quando a pena me "puxa" e enquanto ainda for acreditando que vale a pena puxar por ela.

Considero-me independente, tanto quanto possível, aceitando por isso todas as críticas e também todas as ideias ou linhas desde que respeitem, acima de tudo, o homem como valor físico e espiritual.

Penso que as pessoas têm de ser avaliadas sobretudo pelo seu carácter e "sentido do humano" e não pelas suas convicções políticas, partidárias e religiosas. Existem, quer à esquerda quer à direita, pessoas desprovidas deles. Não deverá fazer-se qualquer distinção. Ambos merecem, igualmente, desprezo.

Por outro lado, recuso-me pessoalmente a aceitar que, num sistema democrático, alguns preconizem, como única salvação para o nosso País, uma pretensa "maioria de esquerda" ou de "direita"... Será que só se pode ser por uma ou por outra? Não haverá mais nada senão isso para sairmos desta encruzilhada? Será que o 25 de Abril, ao contrário do que esperávamos, não conseguiu alterar a falta de imaginação e criatividade que antes existia? Que longo percurso, santo Deus, ainda nos falta percorrer para a democracia!...

Como cidadão que sou, homem e português que nunca deixou de amar os valores humanos e históricos que definem a sua Pátria e lhe dão dignidade e razão de ser, sinto que a democracia, em que acredito e tanto desejo para o meu País, não será possível ENQUANTO certos fenómenos que considero fundamentais e talvez sintomáticos, se verifiquem. Isto independentemente de pequenas "tricas" ou desaguizados sem importância que possam existir ou ter surgido, inesperadamente, entre certas pessoas que até falam a mesma linguagem, nomeadamente no meio jornalístico e não só...

Concretizando este ENQUANTO:

1. ENQUANTO houver essa tendenciosa e empolada classificação de direitas e esquerdas, procurando criar nas pessoas o receio de que as julguem "das direitas", associando-se para isso a direita sempre ao fascismo, à opressão, etc., fazendo cair sobre ela todas as culpas e erros cometidos e apresentando a esquerda como o lugar certo, progressista, o único que nos pode conduzir a um futuro mais livre e mais justo para todos. Dizer mesmo que apenas se admite e aceita uma direita mas "civilizada" é, para já, quanto a mim, uma posição não democrática pois porque não dizer também, com a mesma razão, que só se aceitará uma esquerda mas "civilizada"? É evidente que só se poderão aceitar, de um lado e de outro, posições civilizadas mas exigir só de um lado essa posição enquanto do outro se utilizam, com plena liberdade, todos os meios, não se pode admitir.

2. ENQUANTO existir todo um oportunismo alicerçado numa mentalidade mesquinha e medíocre que justifica e até eleva a incompetência desde que enfeitada com as lantejoulas de um progressismo ou esquerdismo doentio e fanático ou, o que é talvez pior, académico e pedante. Este oportunismo desenvolvido após o 25 de Abril, como uma das flores mais daninhas entre outras flores boas e puras que ele nos trouxe, teve o seu apogeu no gonçalvismo mas está ainda longe de ter passado.

3. ENQUANTO não for encarada, bem de frente, a crise económica e tomadas rapidamente medidas no sentido de a solucionar, sem receio de lesar e desmascarar todos aqueles (pessoas, grupos ou partidos..) que a causaram ou dela se servem.

4. ENQUANTO se esquecerem deliberadamente certos vultos da nossa história, investigadores, poetas, cientistas, intelectuais, artistas, heróis, humanistas e santos, para apenas se elevarem e idolatrarem, com intuitos políticos, figuras revolucionárias ou "leaders" de outros países às quais damos um brilho e uma áurea que negamos às nossas.

5. ENQUANTO não houver um esclarecimento claro e preciso sobre esses acontecimentos que foram o 28 de Setembro, o 11 de Março e o 25 de Novembro. ENQUANTO não forem perfeitamente definidos e julgados os verdadeiros responsáveis e distinguidos aqueles que, nesses acontecimentos, tiveram um procedimento digno, de carácter e isenção militar. ENQUANTO houver critérios de justiça diferenciados e tratamentos distintos para com alguns elementos do 11 de Março (que foram demitidos e portanto não recebem quaisquer vencimentos) e outros elementos do 25 de Novembro que, depois de terem desertado, regressaram agora, continuando a receber os vencimentos correspondentes ao seu posto.

6. ENQUANTO não se conhecerem com inteira verdade os resultados das sevícias e torturas que se praticaram antes do 25 de Novembro e sobre as quais uma comissão, em devido tempo, entregou relatório ao presidente da República. ENQUANTO os antênticos responsáveis por essas sevícias não forem apontados, julgados e punidos.

7. ENQUANTO houver "pides" presos que em vez de serem julgados pelos seus actos continuam indefinidamente apodrecendo na prisão porque pertenceram a uma polícia política, quando depois de ela ter sido extinta se tentou criar outra ou outras no género, ou piores.

8. ENQUANTO existirem conselheiros da Revolução (com carácter vitalício!? ...) só militares que nem foram sequer democraticamente eleitos pelos ramos ou conselhos das armas a que pertencem.

9. ENQUANTO existirem umas Forças Armadas dignas desse nome que admitam a existência de um Conselho da Revolução que pode ser constitucional mas que, dentro da Constituição, contraria certos princípios-base dessa própria Constituição, não sendo um órgão democrático mas antes um ferro cravado na nossa inteligência.

10. ENQUANTO houver, em suma, um CR com capacidade de decisão política, formado só por militares e com possibilidade de interferência ou influência nos outros órgãos de soberania, uma estrutura paralela afinal que, por si só, como organismo independente e intocável, discute, interpreta, julga as leis do Governo e faz a sua própria política...

ENQUANTO tudo isto se der:

Não pode haver estabilidade nem autoridade democráticas autênticas pois, nestas condições, não creio que exista Democracia.

Teremos de chegar à conclusão de que vivemos num Estado semidemocrático ou semiditatorial de cariz militar. Ou, mais simplesmente, numa "semidemocracia coxa" pois parece querer viver apenas sobre um pé o que não é atributo dos homens mas sim das cegonhas.

24 horas

Convénios luso-espanhóis

A comissão de Assuntos Exteriores das Cortes espanholas decidiu propor ao governo a ratificação de doze acordos e convénios internacionais, três dos quais com Portugal.

Trata-se do convénio hispano-português sobre delimitação da plataforma continental, convénio hispano-português sobre delimitação do mar territorial da zona contígua e segundo protocolo adicional ao convénio de 29 de Maio de 1968 entre a Espanha e Portugal, para regular o uso e aproveitamento hidráulico dos cursos internacionais dos rios Minho, Lima, Tejo,Guadiana e seus afluentes.

Comissão política do PSD analisou conjuntura nacional

A Comissão Política Nacional do PSD, na sua primeira reunião após o congresso de Leiria, analisou exaustivamente a situação política nacional dedicando especial atenção ao discurso do major Melo Antunes e sequentes repercussões e ainda ao pedido de demissão do ex-ministro da Agricultura e Pescas, Lopes Cardoso.

A mesma comissão elaborou e emitiu um comunicado de apreciação ao discurso de Melo Antunes proferido na posse da Comissão Constitucional, já divulgado nas nossas colunas, tendo ainda deliberado sobre diversas questões inerentes ao PSD.

Aquele órgão do partido reunirá de novo na próxima quarta-feira.

Relações luso-angolanas

O ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, José Eduardo dos Santos, recebeu em Luanda o encarregado de Negócios de Portugal, Vasco Valente, com quem tratou questões referentes às relações entre os dois países.

Eduardo dos Santos declarou que o encontro se inscrevia no quadro da orientação do seu governo em estabelecer vínculos de amizade e cooperação com todos os povos do Mundo, salientando que as relações de Angola com outros estados se baseiam no respeito pela soberania nacional, na não ingerência nos assuntos internos, na não agressão e na coexistência pacífica entre governos com regimes diferentes. Afirmou ainda que estes princípios foram considerados, quando se realizaram em Luanda vários encontros entre uma delegação do Partido Socialista e o MPLA.

Convidados do PC

O PCP emitiu um comunicado em que dá a conhecer mais alguns nomes de entre os muitos convidados que deverão estar presentes no seu congresso.

Por parte do PS, Salgado Zenha, Jaime Gama, Aires Rodrigues e Catanho de Menezes; pela IS, José Vicente e José Luís Santos Lima; pela LCI, João Carlos Cabral Fernandes e António Cunha Brandão.

Também a Revista Internacional, "revista teórica e informativa dos partidos comunistas e operários", estará presente.

A China apoia a FRETILIN

A República Popular da China, pela voz do seu delegado nas Nações Unidas, reafirmou o seu propósito de continuar a apoiar a Fretilin acusando simultaneamente a Indonésia de ter perpretado uma agressão ao anexar o território de Timor Leste.

O delegado do Governo de Pequim, Wu Miao Fa, que discursava perante o Comité dos Territórios não Auto-Governados, acusou a Indonésia de ter anexado Timor Leste contra o desejo da população autóctone. Por seu turno, Tan Zaiton, representante da Malásia, defendeu a política indonésia, observando que a descolonização daquela colónia portuguesa tinha sido presenciada por entidades internacionais.

Romano
PRONTO A VESTIR
ULTIMAS NOVIDADES
OUTONO • INVERNO
R. Augusta, 216 — Lisboa

TRESPASSE
Área, com cerca de 500m2. Na Rua Castilho, com amplo acesso directo para a rua.
RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.º 6/51